

## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE SINDICAL DO SPGL

ENTRE SETEMBRO DE 2015 E JULHO DE 2016

O ano letivo que passou ficou marcado por momentos e expectativas contraditórias. Iniciou-se ainda sob a governação Passos-Portas, com toda a carga negativa a que nos submeteu durante quatro anos, com a ameaça de novos cortes na Educação e na Ciência e de 600 M€ nas pensões, com o espectro da privatização a pairar sobre o destino da ADSE e sobre as funções sociais do Estado. Insistia-se na vergonha da PACC, do PET, da municipalização da Educação e da primazia do financiamento aos colégios privados com verbas públicas que não se investiam nas escolas públicas, algumas das quais a necessitar de intervenção urgente.

Após as eleições legislativas de Outubro e até Dezembro, viveu-se num clima de indefinição mas já de expectativa positiva, face ao cenário de uma maioria de esquerda que se desenhava e que veio a concretizar-se com a tomada de posse do atual governo, apoiado por partidos que souberam valorizar mais a defesa do interesse nacional do que as suas divergências, neutralizando assim os esforços de todos os que, a começar pelo Presidente da República Cavaco Silva, procuravam inviabilizar a solução encontrada.

Desde logo e quase em catadupa foram caindo várias medidas contra as quais o SPGL e demais sindicatos da FENPROF vinham desde há muito lutando: foi o fim dos exames de 4º e 6º ano, da PACC, do PET, da requalificação dos docentes, foi a reposição de salários e das 35 horas semanais na Função Pública ainda em 2016, a redução da sobretaxa sobre o IRS, a suspensão da municipalização e foi a limitação do financiamento concedido aos colégios apenas nos casos em que a escola pública não garantia resposta. Esta última medida contou mais uma vez com uma muito intensa ação da FENPROF, esclarecendo a opinião pública, recolhendo assinaturas para a petição e promovendo a marcha de 18/6 em defesa da escola pública. Como muitas vezes se tem dito, estava aberta uma janela de esperança para o país em geral e para a Educação em particular.

Num processo em que a ação do SPGL e da FENPROF foi determinante o Governo aprovou um diploma que, embora apresentando insuficiências de várias ordens, representa um significativo avanço no combate à precariedade no Politécnico que inclui muitas medidas propostas pela FENPROF.

No entanto, no âmbito do Ensino Superior, a primeira medida tomada pelo governo foi a aprovação da transformação da Universidade do Minho numa fundação pública com regime de direito privado, figura caracterizada pela existência de um conselho de curadores, todo constituído por personalidades externas nomeadas pelo governo, e dispendo da faculdade de criarem carreiras próprias.

- I. **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:** Os sindicatos da FENPROF fizeram da afirmação da escola pública de qualidade para todos um objetivo central da sua intervenção no ano letivo 2015/2016, incluindo nesta luta a denúncia das várias situações em que por falta de

investimento ou de pagamento em devido tempo dos financiamentos acordados se criaram dolorosas situações quer para os docentes quer para os alunos. Nesta denúncia, além de iniciativas próprias da FENPROF e dos sindicatos, foi possível também conjugar ações da FENPROF com as da Frente Comum e da CGTPIN. O SPGL participou empenhadamente nas ações concretizadas, de que sobressaem:

- a concentração do Ensino Artístico Especializado - *financiamento; estabilidade; direito ao ensino* - no dia 18 de setembro na Av. 5 de outubro;
- a concentração na Assembleia da República, *rejeitar o governo da direita Exigir uma política nova!*, no dia 10 de novembro;
- a participação nas jornadas do 25 de Abril e 1º de Maio;
- a recolha de assinaturas para o Abaixo-assinado/Petição “Em Defesa da Escola Pública” no chiado e feira do livro;
- a tribuna pública - *afirmação cívica em defesa da Escola Pública* - realizada no dia 3 junho no largo de Camões;
- a marcha - *unir vozes pela Escola Pública* - realizada no dia 18 junho entre o Marquês de Pombal e o Rossio;

#### **1. O SPGL participou ainda de forma empenhada e interventiva no vasto conjunto de ações reivindicativas promovidas pela FENPROF ao longo deste ano letivo:**

- O 12º Congresso Nacional dos Professores decorreu nos dias 29 e 30 de abril de 2016 no Porto onde se debateram temas particularmente oportunos, como: a educação de adultos, a revisão curricular, a educação como bem público, ciclos de ensino, descentralização e autonomia das escolas, tempo de sindicatos ou tempo da política;
- A conferência promovida pela FENPROF “O Stresse na Profissão Docente: causas, consequências, medidas a tomar” – Auditório do edifício novo da Assembleia da República, 20 de fevereiro;
- O debate “Administração e Gestão das Escolas – por uma Escola Democrática” – Esc. Sec. D. Pedro V (Lisboa), 12 de março;
- A reivindicação em torno dos horários de trabalho; dimensão e constituição das turmas; orientações curriculares/avaliação das aprendizagens; sumários; calendário escolar;
- O acompanhamento e apoio à luta dos professores do Ensino Artístico Especializado;
- Reuniões com todos os grupos parlamentares sobre as condições de trabalho dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo;
- Elaboração e recolha de inquéritos sobre a situação dos docentes do Politécnico face ao regime transitório da carreira;
- Elaboração de um inquérito às instituições do ensino superior sobre o ponto da situação relativa à avaliação do desempenho e respectivos efeitos salariais;
- Reuniões com a Comissão de Educação e Ciência sobre a precariedade no ensino superior.

- Reuniões com o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).

**2. Iniciativas específicas do SPGL:** A formação sócio-política dos seus dirigentes, a reflexão crítica sobre o sistema educativo e as práticas pedagógicas, a intervenção sindical em setores particularmente significativos na nossa área sindical (nomeadamente o ensino particular e cooperativo, a Casa Pia e as IPSS) bem como a atenção a marcantes fenómenos sociais como o caso da emigração, justificaram a intervenção do SPGL. Assim:

Foram propiciadas aos dirigentes e aos sócios iniciativas de informação e formação sobre temas e problemas das sociedades atuais através de duas conferências sobre as políticas educativas – abordadas de formas diversificadas – estiveram no centro de todas as intervenções, no debate em torno de “Ensinar, aprender e avaliar no Ensino Básico – metas curriculares e exames”, realizado em 12 de maio na Escola Secundária de Camões e também no debate sobre o Futuro da Educação Pública nos dias 6 e 7 de julho na Escola Secundária D. Dinis em Lisboa.

As jornadas pedagógicas organizadas em Lisboa e Santarém- iniciativas de índole formativa e cultural – compreenderam em Lisboa 9 ações desenvolvidas na sede do sindicato e 9 visitas realizadas no exterior, sendo duas destas repetidas, dado o elevado número de inscrições. Em Santarém compreendeu 2 ações e 2 visitas. Houve um total de 473 inscrições (339 em Lisboa e 134 em Santarém) que fazem um balanço, das ações/visitas, muito positivo.

Registaram-se ainda as seguintes iniciativas:

- a comemoração do dia mundial das(os) professoras(es), dia 5 outubro, *dar força aos professores, por uma sociedade mais justa e sustentável* (integrada nas iniciativas da FENPROF);
- a participação na apresentação das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar através de videoconferência e tomada de decisão em torno de nova ação reivindicativa do calendário escolar;
- na campanha nacional “1º Ciclo – caminhos para a sua valorização”, com o encontro/ação integrada na Escola Básica António Torrado (Sintra) sobre ‘Organização dos horários - sua inadaptação aos objetivos do setor e disparidades de critérios’; 18 de fevereiro;
- a cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa no acolhimento e integração de refugiados, através do ensino de Português Língua Não Materna;
- o plenário de contratados/desempregados que decorreu no Seixal;
- a realização de inquéritos/recolha de dados sobre Gestão das Escolas e Educação Especial;
- a petição “Aposentação dos professores aos 36 anos de serviço independentemente da idade” defensora de um regime de aposentação justo para os docentes como garantia da indispensável renovação geracional; entregue na Assembleia da República no dia 2 de dezembro;

- o debate sobre “Inclusão com alunos surdos e ouvintes” – Esc. Sec. D. Pedro V (Lisboa); projeto de parceria FENPROF e Associação de Famílias e Amigos dos Surdos (AFAS); 8 de junho;
- o encontro Nacional “A Deficiência e o (no) Exercício da Profissão Docente” – Esc. Sec. D. Pedro V (Lisboa), projeto de parceria FENPROF-CNOD (Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes), 21 de novembro;
- a negociação sobre carreiras, horários e condições de trabalho na Casa Pia:
  - a concentração em frente à Provedoria; 10 de dezembro 2015; pela vinculação extraordinária de docentes e pela contagem de 30 dias de serviço do ano escolar 2013/2014, aos docentes contratados;
  - a greve a todo o serviço relacionado com a plataforma SI REF (sistema informatizado de recursos educativos e formativos), entre 11 e 15 de dezembro de 2015;
  - a concentração em frente ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e segurança Social (MTSSS); 18 de abril 2016; pela vinculação extraordinária de docentes, pela contagem de 30 dias de serviço do ano escolar 2013/2014, aos docentes contratados e pela regulamentação da ADD.
- a negociação do Acordo de empresa com a União das Misericórdias Portuguesas;

### **3. Vida interna do SPGL**

A vida interna do SPGL tem-se pautado por uma assumida exigência de funcionamento democrático, num espírito antidogmático, debatendo abertamente as questões na sua imprensa, procurando conhecer outras práticas, estimulando e divulgando a criação artística e intelectual, mas sobretudo procurando dar respostas de qualidade no apoio aos sócios. Assim:

Os órgãos previstos nos estatutos (plenários de setores e regiões, Conselho Geral, Conselho Fiscal, Comissão Executiva e Direção) reuniram normalmente e de acordo com as suas funções, com exceção da Assembleia Geral de Delegados Sindicais.

O SPGL continuou neste ano letivo a proporcionar aos seus sócios um qualificado serviço de apoio a sócios e jurídico, tendo-se registado um total de 11563 atendimentos entre telefonemas, correio electrónico e pessoal na Sede e Delegações e 1665 consultas jurídicas. O atendimento presencial a sócios totalizou 4111 atendimentos, sendo 2351 registados na Sede e os restantes nas Delegações. Registou-se ainda o atendimento pontual de 447 não sócios, estes, normalmente atendidos por dirigentes.

Neste período temporal foram editados 5 números do Escola-Informação em papel e 4 digitais. Neles se trataram, em dossiês específicos, temas de grande relevância como "Pensar a Educação. Portugal 2015"; "PS, BE e PCP: que convergência na Educação?"; "Ensino Vocacional, serve para quê?"; "Ensino Profissional"; "Que caminhos para o 1º Ciclo?"; "40+30+50"; "12º Congresso Nacional dos Professores"; e "Ensinar, aprender e avaliar no Ensino Básico: Metas Curriculares e Exames". O EI foi também usado para divulgar atividades pedagógicas relevantes em várias escolas, esclarecer questões jurídicas e divulgar a diversa atividade do SPGL.

Em Junho de 2015 tínhamos 14648 sócios em situação regular (ou em condições de regularização). Em Junho de 2016 tínhamos 14784 nas mesmas condições. O processo não foi linear. Por direções regionais, neste período registaram, uma ligeira subida, as Direções regionais: de Lisboa (de 6689 para 6802) e de Setúbal (de 2613 para 2639). Por setores registaram uma ligeira subida o Prep/sec (de 7362 para 7422), Pré-escolar (de 1109 para 1161) e o Particular/IPSS (de 1937 para 2016). O setor que mais desceu foi o 1.º ciclo (de 2839 para 2791) e o grupo “desempregados” (de 288 para 224). É necessário relançar uma campanha de sindicalização.

**Delegados sindicais:** em junho de 2015 tínhamos 161, em junho de 2016 temos 178. Apesar de uma ligeira subida, continua a ser o calcanhar de Aquiles da nossa organização. Não houve neste período nenhuma reunião da Assembleia de Delegados Sindicais (que por norma não têm quórum de funcionamento). A ligação às escolas é assegurada pelo número elevado de dirigentes que têm turmas ou outras tarefas quotidianas nas suas escolas, mas que formalmente não são delegados sindicais. Houve contudo reuniões conjuntas da direção com os delegados sindicais. Esta é uma matéria sobre a qual é preciso tomar decisões no próximo ano.

**Reuniões sindicais:** Foram registadas neste período 87 reuniões sindicais na direção regional de Lisboa, 134 na de Setúbal, 21 na de Santarém e 5 no Oeste. Note-se que se trata de reuniões registadas nos serviços, sendo que muitas não são registadas e que não se incluem aqui os contactos informais com os professores em cada escola.

## **A nível internacional**

### **Professores checos**

Um grupo de professores/as e formadores/as do National Institute for Further Education – Instituto de âmbito nacional da República Checa que assegura a formação contínua dos professores do pré-escolar ao ensino secundário na República Checa e integra o National Youth and Children Institute, responsável pelo apoio a atividades de educação não formal para crianças e jovens - visitou o SPGL, tendo sido trocadas informações sobre questões do sistema educativo, particularmente sobre questões de formação contínua de docentes.

### **Professores alemães**

Também visitou o SPGL uma delegação de professores(as) e sindicalistas do GEW – Sindicato de Educação e Ciência -, o maior sindicato de docentes da Alemanha. O grupo alemão visitou a Escola Secundária Camões e a EB2,3 António Damásio. Foram organizadas duas sessões - uma sobre o sistema de ensino em Portugal e outra sobre as consequências da intervenção da “troika”, particularmente no nosso país.

### **Congresso SNUipp em França**

Participação na conferência internacional “o direito à educação das crianças migrantes e refugiadas” integrada no 10º congresso do SNUipp, em Rodez, região de Aveyron, França, de 6 a 10 de junho, em representação da Fenprof.

## **Aposentados**

Ao longo deste ano letivo, este departamento mostrou uma dinâmica apreciável. Os aposentados marcaram presença nas várias ações reivindicativas promovidas pela FENPROF, CGTP-IN e Frente Comum. Marcaram presença no 12º Congresso Nacional dos Professores. Estabeleceram relações de trabalho com o departamento de aposentados da FENPROF, da Inter-Reformados e da Frente Comum. A nível interno mantiveram persistentemente a iniciativa “ O meu livro quer outro livro”, momento de encontro e de troca de opiniões, mas também raiz para encontros, regra geral muito participados, com nomes fortes da nossa literatura: Leonoreta Leitão, de Carlos F. Jorge, de Maria José Maurício. Informação mais pormenorizada sobre esta atividade pode ser lida no EI de maio/junho 2016. Foi também possível, na sequência deste trabalho, a apresentação do livro “Clarabóia”, de José Saramago, por Maria do Céu Guerra, no teatro A Barraca, assistir à peça de teatro. E ainda organizar uma visita à Escola de Artes António Arroio, no âmbito do ano Internacional da Luz, uma viagem ao norte - Rota dos Escritores no norte do país - contacto com lugares ligados á vida dos principais escritores portugueses, desde Leiria a Vila Real, outra ao sul “Escritores e Património do Alentejo” e ainda uma visita ao Parque dos Poetas, em Oeiras.

## **Espaço ABC**

O SPGL dispõe, na sua sede, de instalações (o Espaço António Borges Coelho), onde são realizadas atividades culturais de índole diversa nomeadamente exposições, debates e conferências e que os seus sócios podem utilizar, quer enquanto produtores quer enquanto espectadores. No que diz respeito às exposições de artes plásticas, foi criado um grupo, constituído por artistas plásticos de reconhecido mérito, que procede a uma análise prévia das propostas recebidas e aconselha a Direção sobre as exposições a levar a cabo.

A divulgação das iniciativas é feita através da revista “Escola Informação”, do site do SPGL e de material produzido para o efeito.

Neste espaço, aberto para o pátio exterior, os sócios podem ainda ler os jornais diários ou ter acesso gratuito à internet (wireless).

Este espaço tem contribuído para uma boa imagem pública do SPGL. Por aqui passaram, neste ano letivo, as “Notas de Viagem” de José Mouga, as esculturas de Jorge Pé-Curto, a Vida e Obra de Maria Lamas, a pintura de Pedro Chorão, a “Santidade da Água” de João G. Ribeiro, além de duas coletivas de professores sócios do SPGL, nas quais participaram Alberto Reis, Adelina Sousa, Guilherme Portela, Maria Santos (Tatino), Teresa Afonso, Aurora Machado, António Cardoso, Felizarda Barradas, Maria João Vale, Nunes da Rocha e Teresa Grácio.

Neste período continuou o processo de reestruturação dos serviços resultante da saída negociada de alguns trabalhadores. Os dados financeiros foram já apresentados em anterior reunião deste órgão.

## II. Futuro

O facto de algumas exigências nossas terem tido acolhimento por parte deste governo, deve funcionar como um incentivo à continuação da luta, pois ainda há muitas reivindicações por satisfazer; há que trabalhar para manter um diálogo construtivo e exigente, com o ME e o MCTES, que garanta um verdadeiro clima negocial, apoiado na disponibilidade dos docentes e dos investigadores para lutarem pelos seus direitos e pelos direitos inerentes à construção de uma escola pública de qualidade.

- Há que continuar a exigir um regime especial de aposentação que tenha em conta o grande desgaste psíquico e físico que o exercício da profissão acarreta, desgaste continuamente agravado por horários e condições de trabalho cada vez mais insustentáveis.
- Há que manter a pressão à volta da reivindicação por melhores horários de trabalho dos docentes e outras condições de trabalho (redução do número de alunos por turma, número de turmas por professor...)
- Há que calendarizar de imediato o descongelamento das carreiras a iniciar em 2017.
- Há que continuar a lutar pelo cumprimento integral da Diretiva Europeia de 1999, vinculando todos os professores e educadores contratados da administração pública que reúnem as condições e integrando-os no escalão a que têm direito de acordo com o seu tempo de serviço.
- Há que garantir a implementação de um modelo de gestão democrática das escolas sustentado em práticas colegiais e de participação dos diversos interessados no processo educativo respeitando as suas competências e interesses nomeadamente dos docentes nas decisões pedagógicas e nas políticas educativas.
- Há que garantir que o processo de municipalização está definitivamente enterrado e que o processo de descentralização, que foi anunciado que o substituiria, mantém integralmente a autonomia pedagógica das escolas e clarifica de forma inequívoca os limites e a forma da intervenção do poder local nas escolas.
- Há que exigir um modelo de avaliação externa das escolas fundamentado na avaliação interna das escolas, que contribua para o efetivo combate ao insucesso e abandono escolar, melhoria das aprendizagens e o combate às situações de indisciplina.
- Há que recusar medidas propostas pela IGE, que no âmbito da avaliação externa das escolas, a pretexto de planos de melhoria, focam a responsabilidade do insucesso escolar apenas nos professores e que, quando implementadas têm conduzido a horários ainda mais desregulados e ao completo caos nas escolas.
- Há que exigir o cumprimento da lei e as condições necessárias para uma verdadeira inclusão dos alunos com NEE.
- Há que garantir que no quadro da legislação que vier a ser produzida os modos de continuação do apoio do Estado à ADSE, atualmente suportada inteiramente pelas contribuições dos trabalhadores e com lucros substantivos, combatendo deliberadamente a

sua privatização ou a entrega da sua gestão a uma seguradora comercial. Deve exigir-se que seja restituído à ADSE todo o dinheiro dela ilegítimamente desviado nos últimos anos.

- Há que lutar por um CCT que garanta aos docentes do ensino particular e cooperativo e das escolas profissionais privadas condições de trabalho idênticas às dos colegas do ensino público.
- Há que manter o CCT em vigor para as IPSS, rejeitando à proposta da CNIS, relativa ao congelamento das carreiras dos docentes.
- Há que alargar a mais grupos de docentes as medidas legislativas de combate à precariedade, tanto no Politécnico, como nas Universidades.
- Há que negociar instrumentos reguladores da contratação e da carreira no Ensino Superior Particular e Cooperativo,
- Há que reclamar a abertura de concursos para lugares das carreiras docentes e de investigação científica.
- Há que combater a transformação de mais instituições em fundações com regime de direito privado.
- Há que caminhar no sentido da transformação do atual sistema binário de Ensino Superior num sistema unitário, integrado e diversificado.

Para cumprir estes objetivos teremos que continuar a empenhar-nos na ação sindical, reforçar o SPGL alargando o seu número de sócios e manter a classe mobilizada para participar nas lutas por estas reivindicações. A tarefa não será fácil e exige cada vez mais um sindicalismo de proximidade que os professores reconheçam e com que se identifiquem. Mas não é impossível e a classe tem dado sinais de estar mais disponível para a ação e mais esperançada na sua eficácia. Não podemos pois deixar arrefecer os ânimos e permitir que os professores passem do estado de desânimo e descrença em que viveram nos últimos anos para um estado de adormecimento suscitado pela ilusão de que, com a mudança do quadro político-partidário de apoio ao governo, os problemas se podem resolver sem o seu envolvimento.

Lisboa, 12 de julho de 2016

A Direção